

PARQUES URBANOS MUNICIPAIS EM DOURADOS - MS - BRASIL: ESTADO DA ARTE

URBAN MUNICIPAL PARKS IN DOURADOS – MS – BRAZIL: THE STATE OF THE ART

Maria Cristiane Fernandes da Silva Lunas

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – MS – Brasil

Lidia Maria Lopes Rodrigues Ribas

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Universidade Anhanguera – MS – Brasil

Resumo: As condições ambientais urbanas é uma preocupação crescente em diversos segmentos da sociedade e os parques urbanos estão inseridos nesse contexto. Todavia, as discussões a respeito dos parques urbanos são menos enfáticas quando comparadas ao destaque dado a outros problemas ambientais. Este trabalho buscou relatar a realidade dos três principais parques ambientais urbanos do município de Dourados/MS, o estado atual de conservação, manutenção e as principais ações de gestão que vêm sendo desenvolvidas nessas áreas, desde a criação de cada uma delas. O objetivo principal desta pesquisa foi levantar a situação atual desses parques para propor medidas que auxiliem a conservação ambiental. A metodologia de trabalho consistiu no levantamento bibliográfico, que reforçou a importância das áreas verdes em espaços urbanos; detalhado levantamento de campo nos parques, bem como o estudo de documentos públicos que abordam o tema. Foi possível detectar que os parques possuem problemas ambientais graves e estão vulneráveis a riscos ambientais por conta de sua má conservação. Além disso, são notórios à população os efeitos ambientais e os impactos sociais de áreas verdes urbanas abandonadas. Levantou-se que os projetos pontuais elaborados para os parques não têm apresentado resultados positivos, dada a dificuldade de alocação de recursos e entraves políticos. Diante dos fatos, recomendou-se tanto a elaboração de planos de manejo para os parques quanto um estudo detalhado sobre o modelo de gestão que vem sendo utilizado nessas áreas.

Palavras-chave: Área Urbana, área verde, parque, conservação, plano de manejo.

Abstract: The urban environmental conditions are an increasing concern in several segments of civil society and the urban parks are part of this context. However, discussions about urban parks are less emphatic when compared to the prominence given to other environmental problems. This study sought to report the real situation of the three main urban environmental parks in the municipality of Dourados/MS, presenting their current state of conservation and maintenance and the main management actions that have been taken since the creation of each park. The main goal of this study was to identify the situation of these parks to propose measures that will help their conservation. The methodology consisted of the bibliographical survey, which reinforced the importance of green areas in urban spaces, a detailed field survey in the parks, as well as the study of documents that broached these parks. It was possible to verify that the parks have grave environmental problems and they are at risk due to poor conservation. Furthermore, the population starts to feel the social impact of abandoned urban green areas, besides the environmental effects. It was noted that the punctual projects elaborated for the parks have not had the desired effects, given the difficulty of allocating resources and the existence of political barriers. To that end, the elaboration of management plans for the parks was recommended, besides a detailed study about the management model that has been developed in these areas.

Keywords: Urban Area, green area, park, conservation, management plan.

1. INTRODUÇÃO

A aglomeração urbana é um fato que vem se desenhando ao longo das últimas décadas. Ao migrar para as cidades em busca de melhores condições de vida e emprego, as pessoas formam assentamentos humanos de grande complexidade que causam, dentre outras consequências, a poluição do ambiente. É nesse contexto que as cidades detêm boa parte das indústrias e produção de resíduos sólidos, causadores de poluição.

Nesse cenário dos redutos urbanos que possuem alto potencial poluidor, nem sempre é dada atenção merecida ao ambiente natural ali existente, suficiente para garantir a qualidade de vida da população e o correto cumprimento das funções ecológicas da cidade. Nota-se, esse fato, pela importância destinada ao tema nas discussões em todos os meios.

A conservação do ambiente natural urbano é matéria cada vez mais urgente, dado o crescimento sem precedentes da população que ali vive. Sachs (1993, p. 30) corrobora essa opinião ao afirmar que “uma das características mais importantes da nossa época é a explosão urbana sem precedentes”. Inevitavelmente, com esse crescimento, multiplicam-se as necessidades e os problemas ambientais locais.

Cada vez mais, os problemas ambientais urbanos vêm sendo discutidos com ênfase e frequência. Contudo, ainda é evidente a necessidade de discussão em torno da questão do ponto de vista local. Nessa conjuntura, tomando como referência a cidade de Dourados/MS, buscar-se-á, antes mesmo de discutir a gestão eficiente das áreas verdes, a identificação da situação atual em que se encontram, três dos principais parques urbanos: Antenor Martins, Arnulfo Fioravante e Municipal Natural do Paragem, tomados como objetos de estudo desta pesquisa.

O município de Dourados foi emancipado política e administrativamente em 20 de dezembro de 1935 e tinha, desde o século XIX, todo seu território tomado por plantações de erva mate, sob monopólio da extinta Companhia Matte Laranjeira. Em 1943 teve uma grande área destinada à implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND. As pequenas propriedades formadas pela CAND foram se desfazendo e formando as grandes fazendas, que hoje é uma de suas características econômicas mais marcantes. A cidade deve parte de sua vocação agrícola ao solo predominante na região, do tipo Latossolo Roxo e ao clima estável de estação quente e chuvosa no verão e moderadamente seca no inverno com temperaturas médias em torno de 28°C (EMBRAPA, 2011).

Por esta forte característica de agronegócio, Dourados possui muito pouco de sua formação vegetal original nas áreas rurais, que foram desmatadas para dar lugar às grandes áreas de monoculturas. Porém, em sua área urbana, Dourados é bastante arborizada e ainda abriga grandes áreas verdes delimitadas como Zonas de Especial Interesse Ambiental – ZEIA. Contudo, já é possível notar, mesmo numa análise superficial, que essas áreas não vêm sendo manejadas de forma adequada. Nesse sentido, este trabalho pretende ser o início da investigação do processo de

manutenção e gestão destes espaços, de forma a subsidiar, *a posteriori*, estudos que aprofundem sobre sua gestão estratégica.

Este estudo teve, no primeiro momento, o objetivo de levantar a situação dos parques urbanos que lhe servem como objetos de estudo, e identificar a forma de gestão aplicada nessas áreas. Para isso, quanto aos aspectos metodológicos, foi realizado o levantamento bibliográfico sobre importância e funções de áreas verdes urbanas e parques urbanos municipais, além de um detalhado levantamento de campo e documental sobre a situação dos parques em questão.

2. PARQUES MUNICIPAIS E SUA IMPORTÂNCIA NA DINÂMICA URBANA

A relação existente entre arborização urbana ou espaços verdes urbanos e qualidade de vida é frequentemente abordada quando se defende a necessidade de conservação desses espaços, servindo quase sempre, e por si só, de justificativa para esse fim. A qualidade do ar, a temperatura elevada ou a sensação de temperatura elevada e as áreas permeáveis para a infiltração de água são fatores ambientais diretamente influenciados pela quantidade de vegetação existente em uma localidade. Martins Junior ressalta ainda os benefícios específicos das espécies arbóreas existentes nesses locais.

Além do efeito positivo sobre o clima, a arborização urbana contribui para o controle da poluição atmosférica, reduzindo os níveis de poluição acústica, absorvendo e dispersando a fumaça e poeira, filtrando as partículas em suspensão, além de eliminar muitos poluentes atmosféricos, enfim, melhorando a qualidade do ar (2007, p. 3).

É certo que a necessidade de proteção e manutenção das áreas verdes urbanas, ou seja, os espaços verdes mais próximos da população, traz benefícios de curto, médio e longo prazo, tanto para os sistemas ambientais das cidades como para a qualidade de vida da população. Mesmo assim, ainda há certa indefinição sobre o conceito de áreas verdes urbanas entre autores e entre ciências, especialmente nos meios acadêmicos de diversas áreas de conhecimento, como arquitetura, geografia, turismo, ciências sociais, psicologia, entre outras.

O uso e o conceito dos espaços verdes urbanos são bem mais abrangentes. Considera-se entre os urbanistas, que as zonas urbanas são divididas basicamente em espaços com construções, espaços de integração urbana (rede rodo-ferroviária) e espaços livres de construção (MAZZEI et al, 2007). Dentro deste último se encontram as áreas verdes, praças, parques, águas superficiais, jardins e canteiros. Pasqual delinea melhor o seu conceito de áreas verdes urbanas:

São os espaços livres de construção (praças, parques, áreas verdes, canteiros, etc.) definidos como espaço urbano ao ar livre, onde se encontram áreas verdes urbanas destinadas a todo tipo de utilização que se relacione com caminhadas, descanso, passeios, práticas de esportes, circulação de pedestres e, em geral, à recreação e entretenimento e

podem desempenhar, principalmente, funções estéticas, de lazer, ecológico-ambiental, entre outras. (2008, p. 03)

Áreas verdes urbanas, então, podem ser definidas como toda área livre, localizada dentro dos perímetros urbanos, cujo elemento principal de sua composição seja a vegetação. Mas, a utilidade das áreas verdes localizadas em ambiente urbano é bastante ampla. Além das funções ecológicas, as funções psicológicas, educacionais, estéticas e sociais são citadas e discutidas, no todo ou em partes, por autores como Pasqual (2008), Caporusso e Matias (2008), Mazzei et al (2007), Gomes e Soares (2003) como sendo:

- ❑ *Função psicológica*: Proporcionam o alívio das tensões diárias em função do contato com o verde e quebram a sensação, muitas vezes opressora, de viver em uma "cidade de pedra";
- ❑ *Função educacional*: É possível a utilização dos espaços verdes urbanos para pesquisas, para a educação ambiental com instituições de ensino e também com ambientes de ensino não formal para a população em geral;
- ❑ *Função estética*: Diz respeito ao embelezamento e diversificação da paisagem urbana;
- ❑ *Função social*: Proporciona a utilização dos espaços públicos para o lazer e recreação, onde as comunidades se sintam pertencentes ao local e, conseqüentemente, corresponsável por seu zelo;
- ❑ *Função ecológica*: Influencia diretamente no microclima da cidade, na qualidade do ar, na manutenção dos cursos d'água. Proporciona áreas de permeabilização do solo e ainda serve de habitat natural para espécies de flora e fauna;

Todas essas funções relacionam-se direta ou indiretamente à qualidade de vida das pessoas que vivem nos aglomerados urbanos. No entanto, dentre elas, a *função ecológica* parece ser a mais importante e de impacto direto, embora nem sempre seja possível senti-la diretamente em curto prazo.

O simples fato de haver espaços não construídos, que normalmente também são livres de impermeabilização, já possibilita a infiltração de água no solo, ajudando a reduzir efeitos negativos provocados por enxurradas e enchentes, bem como a não propagação de vetores nocivos à saúde humana, muito comum nessas situações. Além disso, espaços verdes em áreas urbanas são úteis para abrigar nascentes e leitos de córregos, que alimentam a bacia hidrográfica regional. O assoreamento destes córregos pode, por si só, causar danos à estrutura urbana e também prejudicar, em longo prazo e dependendo de seu tamanho e importância, o próprio abastecimento de água da cidade.

Essas áreas, especialmente quando abrigam vegetação de porte arbóreo, contribuem significativamente para a manutenção da umidade do ar e do microclima local, atenuando o calor do sol e mantendo a temperatura média mais agradável em áreas próximas a vegetação. E ainda podem atuar como filtros para a poluição atmosférica.

Entretanto, mesmo diante de todas as possibilidades de benefícios advindas da conservação das áreas verdes urbanas, é possível questionar o porquê do tema não ser tratado com importância pelo poder público. Apenas com base

nas relevantes funções das áreas verdes urbanas, é incontestável que a conservação, deveria ser considerada como questão estratégica para o desenvolvimento socioambiental dos municípios.

Na proporção em que existem vários tipos de áreas verdes urbanas, tais como canteiros, jardins, parques, praças e águas superficiais, há também diversas formas de conservá-las. Os jardins, em geral, são espaços privados. As praças públicas, menores e com grande parte de sua área construída, são utilizadas para o lazer. As águas superficiais possuem legislação específica de proteção e os canteiros, embora com importante função de abrigar árvores e áreas de infiltração, podem acabar sucumbindo para dar espaço ao alargamento de vias públicas. Muitas vezes, os vãos existentes entre ruas e avenidas, são pensados para isso, e mesmo com a possibilidade de se manterem as árvores, as áreas de infiltração diminuem consideravelmente.

Assim, é possível afirmar que uma das formas mais seguras para garantir a manutenção de áreas verdes com tamanho considerável dentro das cidades são os parques ambientais urbanos.

Segundo Kliass (1993, p.19), parques urbanos são “espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinado à recreação”. Já Melazo e Colesanti (2003) ressaltam que os parques são destinados a recreação de qualquer tipo, especialmente da população do entorno, e sua existência está intimamente ligada à qualidade de vida da população.

Quanto à caracterização e funcionalidade, os parques urbanos podem ser classificados em três categorias, conforme esclareceu Mantovani, no Seminário Internacional: “Parques Urbanos e meio ambiente: desafios de uso” (2005):

- ❑ Parques Tecnológicos: com mobiliário, áreas de lazer, e sem elementos biológicos significativos;
- ❑ Parques Jardins: com elementos biológicos em sua maioria exóticos, que exigem manutenção e têm função paisagística;
- ❑ Parques Ecológicos: com ecossistemas naturais em toda a sua estrutura, provenientes de áreas naturais protegidas e preservadas dentro da área urbana, ou áreas que perderam sua cobertura original e que depois foram recuperadas.

Os parques ecológicos podem ainda ser enquadrados como Parques Urbanos de Lazer ou Parques Ambientais ou então como Parques Naturais (contemplado pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, como área protegida).

Os Parques Urbanos de Lazer ou Parques Ambientais são extensas áreas abertas com predomínio de vegetação, destinadas ao lazer e recreação da população, podendo sofrer intervenções e ter seu uso definido a critério da municipalidade. Apesar de possuir áreas de proteção permanente – APP, nas margens de córregos, áreas de várzea e etc. não são consideradas unidades de conservação. Sendo assim, a diferença entre Parques Urbanos de Lazer ou Parques Ambientais e Parques Naturais Municipais está na legislação que os define e protege.

O SNUC, instituído pela Lei N. 9.986, de 18 de julho de 2000, define Parque Nacional como uma das categorias de unidades de conservação. Uma unidade de conservação dessa categoria quando criada pelo Estado intitula-se Parque Estadual, e quando criada pelos municípios, denomina-se Parque Natural Municipal. Quanto ao uso e conservação, conforme a legislação, tais parques têm como objetivos básicos

A preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (Lei N. 9.986, de 18 de julho de 2000 *in* GUERRA, 2004, p.46).

Os primeiros parques nacionais criados para fins de conservação ambiental surgiram no movimento ambientalista americano no século XIX. O Parque de Yellowstone foi o primeiro Parque Nacional a ser criado, em 1872, e possuía uma área de 800 mil hectares. Já o Parque Nacional de Yosemite, só foi criado em 1890, embora um decreto do Congresso americano designasse já em 1864, a transferência da área pública do Vale de Yosemite para o Estado da Califórnia “com a condição de que os espaços serão mantidos para utilização, lazer e recreação públicos e deverão ser mantidos inalienáveis em qualquer tempo” (McCORMICK, 1992, p.30).

Nos Estados Unidos, também na segunda metade do século XIX, surge a iniciativa de criação do primeiro parque ambiental urbano, na cidade de Nova York, em 1858. Com períodos de glória e decadência em sua história, o Central Park ainda hoje é romanticamente retratado, e considerado o “pulmão” da cidade. Porém, as iniciativas de criação de parques públicos, embora não ainda com a definição de “nacionais”, mais ainda assim urbanos e públicos, têm origem na Europa e são anteriores as iniciativas americanas.

Conforme descreve Ferreira (2005), no final do século XVIII e início do XIX surgiram os primeiros parques e jardins públicos na Inglaterra. Impulsionados pelas mudanças drásticas de comportamento e paisagem ocasionados pela Revolução Industrial, e também por uma corrente de médicos higienistas que defendiam a criação de espaços verdes nas cidades, associados a um modo de vida mais saudável.

Já no Brasil, desde a época do Brasil Colônia, somente no século XVII que as autoridades demonstram preocupação com a preservação de áreas verdes no entorno das cidades. Nessa época, o problema central que culminava era o desabastecimento de água potável na área urbana, agravado principalmente com o significativo aumento populacional decorrente da vinda da corte portuguesa para o Brasil (FRANCO, 2000).

A mesma autora também relata que já no início do século XIX, os chamados “sábios naturalistas”, que vieram da Europa compondo a comitiva da futura Imperatriz Leopoldina, tiveram influência positiva e significativa para que fosse reconhecida a rica biodiversidade brasileira, o que, de certa forma, despertou o interesse da elite da época para a conservação ambiental.

Toda essa influência no Brasil teve como reflexo as gestões do Major Archer e Escragolle como administradores da Floresta da Tijuca entre 1861 e 1888, com a ideia de preservação e de conservação para transformá-la em um parque. Utilizando-se ora de árvores nativas, ora de espécies exóticas, a Floresta da Tijuca foi reflorestada por esses dois gestores.

Apesar de toda essa preocupação ambiental, o primeiro Parque Nacional brasileiro, o de Itatiaia, só foi criado sessenta e cinco anos após Yellowstone, em 1937. Mas antes disso, houve diversas iniciativas para a criação de áreas verdes, especialmente nas áreas urbanas, remontando desde o século XVIII. Em 1779 começou a ser construído o Passeio Público do Rio de Janeiro, atual Jardim Botânico que foi inaugurado em 1808 por Dom João VI e é até hoje considerado um dos ícones das áreas verdes urbanas brasileiras, abrigando uma significativa coleção florística, além é claro, de seu valor histórico-cultural.

Já no século XX, muitos parques urbanos foram criados no Brasil, podendo-se destacar o Parque do Ibirapuera, em São Paulo (1954). Assentado sobre uma área de várzea de dois milhões de metros quadrados e na confluência de dois córregos, o parque nasceu para atender a necessidade de recreação, lazer, esportes, além da difusão da flora e atendimento aos preceitos de higiene e saúde (KOCH, 2009). Hoje, é uma das principais áreas verdes da mais influente cidade do país.

Nesse sentido, é possível perceber que a criação de parques é uma ação, geralmente política, que paulatinamente tem sido consolidada. Mas ao passo que a criação dos parques, especialmente os urbanos, não é algo burocraticamente difícil, discutir a gestão eficiente destas áreas ainda é uma seara com exemplos bem limitados.

Muito ainda se discute sobre a necessidade de profissionalizar a gestão pública, e em dar a ela um caráter mais técnico do que político. Em algumas áreas da gestão, essa questão é mais premente que outras, como é o caso, por exemplo, da resolução das questões ambientais, haja vista que esta, necessita de uma visão de longo prazo, e sua discussão perpassa por diversos setores da sociedade.

3. SITUAÇÃO DOS PARQUES URBANOS NO MUNICÍPIO DE DOURADOS

Dourados economicamente é o segundo maior município do Estado de Mato Grosso do Sul (Fig. 1). Possui uma população de aproximadamente 196 mil habitantes, dos quais 90% encontram-se na área urbana (IBGE, 2010). É considerada polo de desenvolvimento regional e fica a 224 quilômetros da capital do estado, Campo Grande.



Figura 1. Mapa de localização do município no contexto Nacional/Estadual.

A área urbana do município é bastante arborizada e segundo a última contagem realizada no início dos anos 2000, são cerca de 270 mil árvores¹ no perímetro urbano. Mas nos últimos dez anos, segundo a SEMSUR, os limites urbanos do município foram revistos, de maneira pontual, pelo menos cinco vezes, o que por si só, já deixa a contagem bastante defasada. Em 2011, aprovou-se um projeto de lei para aumentar o perímetro urbano do município. Embora menor do que o inicialmente proposto, a área urbana de Dourados foi ampliada de 82,42 km² para 210,82 km².

Ressalta-se, porém, que há ainda um “vazio urbano” significativo. Muitos lotes urbanos ainda não foram ocupados e abrigam parte dos indivíduos arbóreos da cidade. Isso pode significar que, com a eminente ocupação desses lotes, dado o crescimento do município e também a função social a que se destinam as áreas urbanas, boa parte destas árvores, estejam em risco de serem suprimidas.

Além da arborização, o município possui seis córregos em sua área urbana antiga e doze áreas verdes dentro do perímetro urbano, instituídas pelo Plano Diretor Municipal, de 2003, como sendo para o município, Zonas de Especial Interesse Ambiental – ZEIA. As ZEIAS do novo perímetro urbano ainda não foram oficialmente demarcadas.

Com o intuito de viabilizar esta pesquisa e torná-la mais objetiva, tomou-se como objeto de estudo três importantes áreas verdes públicas do município (Fig. 2): Parque Municipal Antenor Martins, Parque Municipal Arnulpho Fioravante e Parque Municipal Natural do Paragem.

¹ Segundo informações da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos – SEMSUR, repassadas pela Eng. Agrônoma Rosilene Bertipaglia Gimenez, no ano de 2011. A contagem de árvores está sendo refeita pela secretaria para atender a uma demanda da criação do Plano Diretor de Arborização Urbana, porém, não há data prevista para o término da contagem.



Figura 2. Localização dos parques na malha urbana do Município de Dourados: Parque Arnulpho Fioravante (A); Parque Antenor Martins (B); Parque Municipal Natural do Paragem (C).

Fonte: Google Earth (adaptado).

A escolha dessas três áreas foi motivada pelo fato de que, dentre todas as áreas verdes do município, essas estão oficialmente definidas e demarcadas – legal e fisicamente, como parques municipais. Embora os estágios de manutenção sejam bem distintos, conforme será visto a seguir, espera-se que essa definição das áreas enquanto parques municipais tornem as sugestões dadas ao fim deste trabalho, mais realistas e cabíveis, do ponto de vista do agente público que é, no caso do planejamento e gestão de áreas públicas, o tomador de decisão.

3.1 Parque Municipal Antenor Martins

Possui 244.049,00m² de área, definida desde 1977 como um Parque Municipal. Conta com um grande lago artificial, construído para receber as águas pluviais, e que hoje é utilizado para pesca esportiva e atividades de recreação e lazer. O parque foi revitalizado e reinaugurado no ano de 2003, recebendo boa infraestrutura como quiosques, praça infantil, quadras poliesportivas, pistas de caminhada, campo de futebol e um teatro de arena.

Está localizado no bairro Jardim Flórida, região de bastante densidade populacional, e é muito utilizado pelos moradores do entorno. Possui boa infraestrutura, porém, recebe pouca manutenção, e por isso, seus equipamentos não se encontram em bom estado de conservação.

A utilização pela população do município em geral, se dá especialmente em ocasiões festivas, quando o parque sedia grandes eventos tradicionais na cidade, como, por exemplo, a “Festa do Peixe” durante a semana santa e o “Verão Dourados”. Entretanto, nem todos os eventos que acontecem no parque

são parte do calendário oficial da cidade, e há sempre o risco de impactos ambientais devido a fragilidade característica de uma área alagável, como é o caso do parque, em receber um grande número de pessoas.

O parque abriga uma nascente do Córrego Água Boa, cuja área foi cercada e reflorestada com vegetação nativa. Além da cerca em torno da nascente, as regras que orientam a utilização do parque, limitam-se a placas informativas, com orientações quanto à entrada de bicicletas, animais, veículos e horário de funcionamento. Porém, durante o trabalho de campo, foi possível observar que, essas poucas regras de utilização da área nem sempre são cumpridas, ficando seu cumprimento na dependência do evento que se realiza, do solicitante e da fiscalização acontecer ou não. A manutenção e gerenciamento da área, segundo o órgão de meio ambiente do município – Instituto Municipal de Meio Ambiente - IMAM, é responsabilidade da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos – SEMSUR.

3.2 Parque Municipal Arnulpho Fioravante

Localizado na área central da cidade, em frente ao Shopping e à Rodoviária, possui uma área de 582.523,76m². Também possui um grande lago artificial, pois a área é receptora das galerias de águas pluviais da cidade. Ali se encontram alguns pontos de nascente do Córrego Paragem. A infraestrutura de lazer existente não é utilizada pela população, por se encontrar em condições precárias de uso, o que gera alguns problemas sociais graves. Por vezes, o parque serve de abrigo a usuários de drogas, e a visitação desacompanhada não é incentivada pelo órgão responsável, que alega não ser “seguro”.

Além dos quiosques, o parque possui quadras poliesportivas, atualmente utilizadas pela Polícia Militar Ambiental-PMA, um campo de futebol e pista de atletismo – a única com medidas oficiais no município. Na área do parque encontram-se ainda o prédio do IMAM e Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a sede da Guarda Municipal – GM e o quartel da PMA. Há também uma estrada de terra que corta os fundos do parque.

Instituído como parque desde os anos de 1970, e contando com uma infraestrutura precária, o Arnulpho Fioravante enquadra-se na categoria de Parque Urbano de Lazer. Mas dentro do IMAM, seu órgão gestor oficial, há uma discordância entre os técnicos sobre a classificação da área como Unidade de Conservação – UC ou não, porém, sua definição, instituída por Lei, não atende as categorias de UC definidas pelo SNUC, embora possua córrego e nascentes, possui Áreas de Preservação Permanente – APP, conforme prevê a legislação.

De qualquer forma, oficialmente o parque não é considerado uma UC, ou seja, tem a mesma definição do Parque Antenor Martins. Mas, talvez por não ter recebido melhorias, e conseqüentemente possuir uma área natural maior – embora isso não signifique preservada – a importância ambiental que se dá a esta área é significativamente maior que as outras, seja pelo órgão gestor ou pelas instâncias de governança.

Por ter uma localização privilegiada, o Arnulpho Fioravante chama a atenção de vários segmentos da sociedade, e é também muito conhecido. Por isso mesmo é o parque que possui o maior número de projetos de revitalização e melhorias, porém nada ainda saiu do papel. Vários projetos existentes para o parque – muitos deles ambientalmente questionáveis por organizações independentes ligadas ao meio ambiente – se perderam ao longo dos anos em meio aos rearranjos institucionais que fizeram seu órgão gestor se desvincular de algumas secretarias e institutos.

Há um novo projeto de revitalização do parque finalizado, mas apesar de várias tentativas, não foi possível ter acesso a ele, pois, segundo o IMAM, o projeto encontra-se no gabinete do prefeito para apreciação. Enquanto espera pela implementação de algum dos projetos, problemas ambientais graves vão tomando conta do espaço, em plena área central da cidade: Ameaças a fauna – há uma superpopulação de capivaras no local, que por vezes “escapam” e atravessam a movimentada rua em frente ao parque – além da mortandade de capivaras a tiros, que por vezes acontece; despejo de efluentes *in natura*, contaminados, direto no lago – e conseqüentemente no córrego Paragem, e; um processo de erosão não contido que se tornou uma voçoroca e já avança para a calçada externa de uma das principais vias da cidade.

3.3 Parque Municipal Natural do Paragem

Foi instituído pela Lei N. 2.802 de 21 de novembro de 2005, com a finalidade de “preservar a diversidade biológica e os ecossistemas naturais, admitindo-se apenas o uso indireto e controlado dos recursos”. Este parque está localizado na região sul da cidade e possui uma área total de 157.962,64m². Não é dotada de nenhum tipo de infraestrutura e por enquanto não possui condições de uso ou visitação pela população.

Conforme previa a lei que o criou, foi elaborado em 2007 em parceria entre o Instituto de Meio Ambiente e Desenvolvimento – IMAD e a Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, o Plano de Manejo para a área, que até o momento não foi implementado. Este plano prevê a implantação de trilhas, programas de pesquisa, monitoramento, educação ambiental, recreação, manejo e recuperação de áreas degradadas. Mas sua principal ação será o aumento da área do parque, incorporando fragmentos de mata do entorno (INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 2007).

O Parque Municipal Natural do Paragem é, dentre os três parques estudados, o único denominado como Unidade de Conservação, conforme Lei N. 9.985 de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Esse processo é importante para a sua conservação, uma vez que esta é a área que mais sofre impacto ambiental direto, devido ao adensamento populacional do entorno e da quantidade de atividades socioeconômicas nas áreas limítrofes.

Dentre os principais impactos identificados na fase de elaboração do Plano de Manejo estão: pressão por urbanização; aterros; desmatamento; uso do fogo para queimada de vegetação seca; despejo de lixo doméstico e carcaças de animais; invasão da mata ciliar pelo gado, provocando erosão; carreamento de esgoto de moradias próximas; construção de canaletas, e; contenção de água. (IMAD, 2007)

Até o momento, a explicação para a não implementação do Plano de Manejo é a ocupação da área por um poceiro, que juntamente com sua família, viveu no local por cerca de 20 anos, instalou um sítio e vivia daquela área. No início de janeiro de 2012, a família foi retirada do local e, segundo a secretaria municipal de meio ambiente, a área corre risco de novas invasões, por isso, medidas para o cercamento definitivo do parque já estão sendo tomadas.

4. CONCLUSÕES

O fato de haver a preocupação em criar parques urbanos para a conservação das áreas verdes urbanas do município de Dourados - MS por si só, já é um grande avanço nas políticas de desenvolvimento urbano e meio ambiente de um município. Mas após esse primeiro passo, é necessário que haja continuidade das ações para que uma solução tão importante, não acabe acarretando problemas maiores para a população.

Ao longo deste trabalho foi possível comprovar as impressões sobre a manutenção dos três principais parques urbanos do município. Embora alguns deles tenham mais de trinta anos de existência, sua conservação e manutenção, vêm sendo relegadas em segundo plano pela municipalidade, em detrimento da criação de novas áreas.

O resultado disso é que, em meio a cidade, em áreas onde deveria haver um cuidado ambiental ainda maior como é o caso dos parques, percebe-se atividades ambientalmente impactantes como caça e voçorocas. Além dos problemas habituais em várias cidades como acúmulo de lixo e poluição hídrica. Além disso, é possível comprovar ainda os problemas sociais gerados por estes parques, enquanto aguardam manutenção, como a redução dos espaços de lazer, impacto visual e insegurança.

Dourados ainda é uma cidade sem grandes problemas ambientais ocasionados pelo crescimento. Sua topografia relativamente plana e a existência de áreas verdes também contribuem para que a cidade não sinta com tanta intensidade os efeitos de grandes períodos de chuvas, porém, estes problemas não são inexistentes e começam a se delinear na área urbana.

Desde o ano de 2010, a área central da cidade já sentiu os efeitos da enxurrada invadindo o comércio e cobrindo calçadas e canteiros centrais, ocasionados por chuva. Além do período de chuvas fortes que tem tido duração acima do normal, o sistema de galerias de águas pluviais quando existente, sobrecarregado, e a constante permeabilização do solo nas partes mais altas da

cidade, por conta de construções e ampliação do perímetro urbano, são considerados os grandes responsáveis por essa situação.

Essa realidade, típica das regiões periféricas da cidade, não era comum nos bairros mais nobres, o que incita a discussão do problema com uma parcela maior e mais ativa da sociedade, o que pode dar mais força à discussão e à busca de soluções. Além disso, com a recente ampliação do perímetro urbano, essa realidade poderá avançar rapidamente, dada a pressão demográfica que pode se anunciar nas áreas mais valorizadas, e sobretudo, nas áreas verdes ainda não institucionalizadas e sem uso definido.

A solução de problemas ambientais que afetam toda a dinâmica da cidade não é simples, e perpassa por vários setores públicos e sociais para se encontrar soluções eficientes, e adaptadas a realidade local. Porém, percebe-se que as soluções que vêm sendo pensadas para os parques urbanos são pontuais, pois apresentam-se em forma de projetos, que geralmente não saem do papel, por motivos diversos como dificuldade em alocar recursos, corpo técnico reduzido e mudanças na gestão, que não levam adiante projetos dos antecessores.

Nesse sentido, mesmo que nem todos os parques sejam unidades de conservação, propõe-se que seja elaborado, para os que ainda não possuem – Arnulpho Fioravante e Antenor Martins – Planos de Manejo mais amplos, e de aspecto mais abrangente, considerando os rumos do desenvolvimento urbano do município em nível estratégico. Essa seria uma forma de repensar a conservação dessas áreas de forma a envolver a comunidade e facilitar a busca por recursos, criando assim comprometimento com os planos elaborados, para que não sejam descartados a cada mudança de governo.

Foi possível notar ainda, ao longo da pesquisa, certa dificuldade em encontrar o gestor de cada parque, evidenciando que a responsabilidade é frequentemente dividida entre vários órgãos públicos. Nesse contexto, entende-se que há a necessidade de um estudo aprofundado sobre como vem sendo feita a gestão das áreas verdes urbanas em Dourados.

A resolução desta pergunta é importante para que o município repense sua questão ambiental, de modo a repensar e escolher formas de desenvolvimento mais sensíveis ao meio ambiente (SACHS, 1993). Pois, a conjuntura exógena sobre a preocupação com meio ambiente e desenvolvimento, e endógena de transformações e abertura político-administrativas vividas pelo município podem significar um momento singular para que Dourados repense seu modelo de desenvolvimento, baseando-o em um modelo coerente com sua realidade, participativo, estratégico e efetivo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei N. 9.985 de 18 de julho de 2000. Instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. (In) GUERRA, S. **Direito Ambiental: Legislação**. Rio de Janeiro/RJ: Freitas Bastos, 2004.

CAPORUSSO, D.; MATIAS, L. F. Áreas Verdes Urbanas – Avaliação e proposta conceitual. Simpósio de Pós-graduação de Geografia do Estado de São Paulo, 1. Seminário de Pós-graduação em Geografia da UNESP, 8. 2008. Rio Claro/SP. **Anais eletrônicos**. Rio Claro/SP, UNESP, 2008. Disponível em <<http://www.rc.unesp.br/igce/simpgeo/71-87danubia.pdf>>. Acesso em 19 Jul. 2011.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária: Agropecuária Oeste. (Internet). Disponível em <<http://www.cpa.embrapa.br/>>. Acesso em 22 Dez 2011.

FERREIRA, A. D. **Efeitos Positivos Gerados pelos Parques Urbanos: o caso do passeio público da cidade do Rio de Janeiro**, 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro/RJ.

FRANCO, M. A. R. **Planejamento Ambiental para a Cidade Sustentável**. São Paulo: Annablume Editora Comunicação, 2000.

GOMES, M. A. S.; SOARES, B. R. A Vegetação nos Centros Urbanos: Considerações sobre os espaços verdes em cidades médias brasileiras. **Estudos Geográficos**. Rio Claro/SP, 1(1), 19-29. Junho de 2003. Disponível em <<http://www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm>>. Acesso em 19 Jul. 2011.

GOOGLE MAPS. (Internet). Disponível em <<http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=ll>>. Acesso entre 08 Nov. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. (Internet). Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em 15 Abr. 2011.

INSTITUTO de Meio Ambiente e Desenvolvimento - IMAD e Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. **Plano de Manejo – Fase 1. Parque Natural Municipal do Paragem**. Vol. 1. Dourados, 2007.

KLIASS, R. G. **Parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade**. Pini, São Paulo, 1993.

KOCH, M. B. **Parques Urbanos sul-americanos: imaginação e imaginabilidade**. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP.

MANTOVANI, M. S. M. Parques Urbanos e Meio Ambiente: Desafios de Uso. *In* Seminário Internacional Parques Urbanos e Meio Ambiente: Desafios de Uso. 28 a 30 de Junho, 2005. São Paulo. **Atas do Seminário**. São Paulo, Parque Cientec, 2005.

MARTINS JR, O. P. **Arborização Urbana & Qualidade de Vida**. Goiânia: Kelps/UCG, 2007.

MAZZEI, K.; COLESANTI, M. T. M.; SANTOS, D. G. Áreas Verdes Urbanas, Espaços Livres para o Lazer. **Revista Sociedade e Natureza**. Uberlândia/MG, Vol. 19, N. 1, 2007. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadenedureza/article/view/9350>>. Acesso em 08 Nov. 2010.

MCCORMICK, J. **Rumo ao Paraíso: A história do Movimento Ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MELAZO, G. C.; COLESANTI, M. T. M. **Parques Urbanos: Importantes "Espaços Verdes" na Dinâmica Ambiental das Cidades**. In Simpósio Regional de Geografia "Perspectivas para o Cerrado no Século XXI", 2. 2003. Uberlândia/MG.

PASQUAL, M. O. A. **Espaços Verdes Urbanos: importância na dinâmica das cidades**. 2008. Material Didático Pedagógico. Universidade Estadual do Paraná, Umuarama/PR.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS. **Lei N. 2.802 de 21 de novembro de 2005**. Institui o Parque Municipal do Paragem.

_____. **Lei N. 3.480, de 30 de Setembro de 2011**. Dispõe sobre alteração do perímetro urbano da cidade de Dourados.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel/FDA, 1993.

Submetido em 28/02/2012

Aprovado em 30/07/2013

Sobre as autoras

Maria Cristiane Fernandes da Silva Lunas

Graduada em Turismo. Especialização em Planejamento e Gestão Ambiental. Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional pela Universidade Anhanguera-UNIDERP. Professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

E-mail: crisfernandes_tur@hotmail.com

Lidia Maria Lopes Rodrigues Ribas

Graduada em Administração de Empresas, Direito e Ciências Econômicas. Mestrado e Doutorado em Direito do Estado pela PUC/SP. Pós Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Instituto Educacional "Almirante Tamandaré". Professora Adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e da Universidade Anhanguera-UNIDERP.

E-mail: limaribas@uol.com.br